

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA  
NÍVEL MESTRADO

MAURÍCIO DELAGO MORAIS

O BRASIL E A INTEGRAÇÃO COM AS AMÉRICAS:  
COMÉRCIO SUL-SUL E SUL-NORTE

São Leopoldo (RS)

2016

Maurício Delago Morais

O BRASIL E A INTEGRAÇÃO COM AS AMÉRICAS:  
COMÉRCIO SUL-SUL E SUL-NORTE

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Profa. Dra. Angélica Massuquetti

Coorientador: Prof. Dr. André Filipe Zago de Azevedo

São Leopoldo (RS)

2016

M827b

Morais, Maurício Delago

O Brasil e a integração com as Américas: comércio Sul-Sul e Sul-Norte / por Maurício Delago Moraes. – 2016.

51 f.: il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Economia, São Leopoldo, RS, 2016.

Orientadora: Profa. Dra. Angélica Massuquetti.

Coorientador: Prof. Dr. André Filipe Zago de Azevedo.

1. Integração Econômica. 2. União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). 3. Modelo de Equilíbrio Geral Computável. I. Massuquetti, Angélica. II. Título.

CDU: 339.9.012.42

## FOLHA DE APROVAÇÃO

A Dissertação realizada por Maurício Delago Morais como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, foi submetida nesta data à banca avaliadora abaixo firmada e aprovada.

São Leopoldo, 26 de fevereiro de 2016.

---

Profa. Dra. Angélica Massuquetti – Orientador – UNISINOS

---

Prof. André Filipe Zago de Azevedo – Coorientador – UNISINOS

---

Prof. Dr. Tiago Wickstrom Alves – Examinador – UNISINOS

---

Prof. Dr. Roberto Camps de Moraes – Examinador – UFRGS

---

Prof. Dr. Sabino da Silva Porto Júnior – Examinador – UFRGS

*Aos meus pais, Odeto de Moraes e Fatima T. de Moraes, e esposa, Maria Emilia C. Hames, que neste mundo em constante transformação sempre estiveram ao meu lado, apoiando e aconselhando.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pelo dom da vida e por ter permitido concretizar esta importante etapa de estudos.

Agradeço aos meus pais, que me ensinaram o valor da educação, e à minha esposa, pelo amor, paciência e companheirismo incondicional.

À professora Angélica Massuquetti, orientadora, um registro de admiração pela incomensurável capacidade acadêmica, a mais profunda gratidão pela confiança, incentivo e compreensão no decorrer do trabalho.

Ao professor André Filipe Zago de Azevedo, coorientador, por compartilhar conhecimentos fundamentais para conclusão deste trabalho e nobreza de espírito.

Aos professores do PPG em Economia da UNISINOS, em especial aos professores Divanildo Triches e Tiago Wickstrom Alves, pelos ensinamentos e considerações que enriqueceram o trabalho.

Aos meus colegas de mestrado e amigos, Jean Carlo Amann e Filipe Stona, pela oportunidade de amadurecimento acadêmico e que prontamente sempre se dispuseram a me ajudar.

Aos funcionários da UNISINOS, pela presteza e simpatia.

*A riqueza de uma nação se mede pela riqueza do povo e não pela riqueza dos príncipes.*

*Adam Smith*

## RESUMO

O comércio entre os países do hemisfério Sul tem crescido de forma significativa nas últimas décadas e, em 2011, já representava mais da metade de suas trocas comerciais. Além do forte crescimento, ele tem se tornado cada vez mais intensivo em capital e trabalho qualificado em comparação ao comércio Sul-Norte. O objetivo da pesquisa é analisar os efeitos sobre comércio e bem-estar da formação de uma área de livre comércio entre todos os países da América do Sul (UNASUL) e entre o Brasil e o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA), caracterizando comércio Sul-Sul e Sul-Norte, respectivamente. Neste estudo são realizadas duas simulações por meio de um modelo de equilíbrio geral computável. Os resultados mostraram que a UNASUL, apesar de gerar benefícios, expressos principalmente na forma de aumento de bem-estar e de exportações de bens de maior intensidade tecnológica para os países envolvidos, eles são limitados. Os ganhos mais expressivos para o Brasil ocorrem com a liberalização comercial Sul-Norte.

Palavras-chave: Integração Econômica; UNASUL; Modelo de Equilíbrio Geral Computável.

## ABSTRACT

South-South trade has increased significantly in the last decades. In 2011, it accounted for more than half of total trade of the region. Besides the strong growth it is becoming more intensive in capital and skilled labor in comparison with South-North trade. The study analyses the effects on trade and welfare of the formation of a free trade area in South America (UNASUL) and between Brazil and *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) using a computable general equilibrium model. The results show that despite UNASUL would generate gains for the countries that participate in this agreement, in terms of increased trade on high technology sectors and welfare, they are limited. The more significant gains for Brazil occur with the South-North trade liberalization.

Key-Words: Economic Integration; UNASUL; Computable General Equilibrium Model.

## LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Gráfico 1 – Exportações do Brasil para os países membros da UNASUL, por intensidade tecnológica, em %, no período de 2000 a 2013.....	23
Gráfico 2 – Importações do Brasil de países membros da UNASUL, por intensidade tecnológica, em %, no período de 2000 a 2013 .....	24
Gráfico 3 – Variação das exportações do Brasil de manufaturas por intensidade tecnológica (US\$ milhões) .....	42
Gráfico 4 – Variação no bem-estar do Brasil (US\$ milhões).....	43
Quadro 1 – Estudos empíricos .....	28
Quadro 2 – Agregação regional .....	31
Quadro 3 – Agregação setorial.....	32
Tabela 1 – Participação da UNASUL nas exportações e importações dos países membros em % – 2000/2013 .....	19
Tabela 2 – Composição das exportações e importações da UNASUL, por intensidade tecnológica, conforme o destino, em % – 2000/2013.....	20
Tabela 3 – Exportações e importações do Brasil com os países membros da UNASUL, por intensidade tecnológica, em US\$ bilhões – 2000-2013.....	22
Tabela 4 – Estrutura tarifária no equilíbrio inicial, em 2007 (%) .....	33
Tabela 5 – Elasticidades de substituição .....	34
Tabela 6 – Variação das exportações dos países da UNASUL por região e setor (%).37	
Tabela 7 – Efeitos sobre o bem-estar (milhões de US\$).....	38
Tabela 8 – Variação nos termos de troca (milhões de US\$).....	39
Tabela 9 – Variação das exportações do Brasil e do NAFTA por região e setor (%)....	40

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

- ALADI - Associação Latino-Americana de Integração
- ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio
- ALC - Área de Livre Comércio
- ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
- ALCSA - Área de Livre Comércio Sul-Americana
- AP - Aliança do Pacífico
- APC - Acordo Preferencial de Comércio
- BRICS - Brasil, Rússia, Índia e China
- CAN - Comunidade Andina
- EGC - Equilíbrio Geral Computável
- ESUBD - Elasticidade de substituição entre os bens domésticos e importados da estrutura de agregação de Armington
- ESUBM - Elasticidade de substituição entre importações de diferentes fontes
- ESUBVA - Elasticidades de substituição entre os fatores primários
- GTAP - *Global Trade Analysis Project*
- I-S - Investimento-Poupança
- MCCA - Mercado Comum Centro-Americano
- MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
- NAFTA - *North American Free Trade Agreement*
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- PIB - Produto Interno Bruto
- SELA - Sistema Econômico Latino-Americano
- SH - Sistema Harmonizado
- TEC - Tarifa Externa Comum
- TOT - Termos de Troca
- UE - União Europeia
- UNASUL - União das Nações Sul-Americanas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 COMÉRCIO SUL-SUL .....</b>	<b>15</b>
2.1 BREVE REVISÃO TEÓRICA .....	15
2.2 COMÉRCIO NA UNASUL .....	18
2.3 ESTUDOS EMPÍRICOS .....	25
<b>3 MODELO, AGREGAÇÃO E TARIFAS PRÉ-SIMULAÇÕES.....</b>	<b>30</b>
<b>4 RESULTADOS.....</b>	<b>35</b>
4.1 CENÁRIO UNASUL .....	35
<b>4.1.1 Impactos sobre o comércio internacional.....</b>	<b>35</b>
<b>4.1.2 Efeito sobre o bem-estar .....</b>	<b>37</b>
4.2 CENÁRIO BRASIL-NAFTA: IMPACTOS SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL E O BEM-ESTAR .....	40
<b>5 CONCLUSÕES .....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>46</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>51</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os processos de integração comercial na América do Sul vêm encontrando, há algum tempo, inúmeras dificuldades para atingir seus ambiciosos objetivos.<sup>1</sup> Criados nos anos 1990, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Comunidade Andina (CAN), tendo como inspiração a União Europeia (UE), buscaram ir além da formação de uma zona de livre comércio. Enquanto a CAN pretende atingir o estágio de uma união aduaneira, o MERCOSUL busca ir ainda mais além, com a implementação de um mercado comum, que unificaria a política comercial em relação a países de fora do bloco e permitiria a livre circulação de fatores de produção entre seus membros. Além disso, buscam avançar em temas como políticas de competição e compras governamentais, o que se convencionou chamar de integração profunda.<sup>2</sup>

No entanto, ambos os Acordos Preferenciais de Comércio (APCs) ainda estão distantes de atingir o estágio de integração planejado. Os problemas vão desde a não adoção da tarifa externa comum (TEC) para todos os produtos até chegar à incapacidade de eliminar as restrições à circulação de pessoas e capitais dentro do território regional. Até mesmo aspectos relacionados à livre circulação de mercadorias dentro dos respectivos blocos ainda não foram solucionados. Um caso típico do MERCOSUL é o comércio administrado do setor automotivo, que ainda impõe restrições ao livre comércio. Assim, passadas mais de duas décadas da criação desses blocos, será crível continuar apostando no tipo de integração originalmente pensado? Não seria mais adequado dar um passo atrás, deixando de lado aspirações de uma integração mais profunda e concentrar os esforços para criar uma integração mais ampla, por meio de uma zona de livre comércio, envolvendo não apenas os países dos dois blocos, mas todos da América do Sul?

Um dos problemas associados a estágios mais profundos de integração é a necessidade de o bloco, e não os países individualmente, negociar acordos com

---

<sup>1</sup> Entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000, já havia uma série de estudos mostrando os problemas enfrentados pelos blocos na América do Sul para cumprir as regras estabelecidas, especialmente no MERCOSUL (ver, por exemplo, Laird (1997) e Preusse (2001)).

<sup>2</sup> Lawrence (1996) aborda a questão da integração profunda em países em desenvolvimento.

outros APCs. Isso tem levado os países da região, especialmente do MERCOSUL, a ter uma participação bastante restrita em processos de integração fora do âmbito do bloco, restringindo o acesso a mercados internacionais importantes, como destacam Thorstensen e Ferraz (2014). Isso é especialmente preocupante na medida em que está havendo uma multiplicação de APCs no mundo, inclusive com certo protagonismo de países da América do Sul, especialmente do Chile, que tem tirado proveito dessa situação. A transformação do MERCOSUL em uma integração comercial mais superficial, mas abrangendo a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), tomando a forma de uma zona de livre comércio, poderia trazer benefícios para toda a região.<sup>3</sup> Além da provável ampliação do comércio regional, também daria de volta ao Brasil a autonomia para fazer acordos comerciais com aqueles parceiros que desejasse, permitindo que o país, finalmente, se juntasse à atual onda de regionalismo.<sup>4</sup>

Um dos aspectos importantes desta nova onda de regionalismo é o aumento do comércio Sul-Sul e a alteração de seu perfil, com a presença de manufaturas mais sofisticadas. Nesse sentido, autores como Amsden (1987) e Lall (1987) atribuem a esse processo uma oportunidade para ganhos dinâmicos associados, especialmente, à transferência de tecnologia entre os países em desenvolvimento. Dahi e Demir (2008) apontam ainda que apenas o crescimento do comércio entre países em desenvolvimento seria capaz de estimular as exportações de manufaturas, enquanto acordos com países desenvolvidos não trariam esse ganho. No entanto, ainda há uma grande controvérsia a esse respeito, com autores como Greenaway e Milner (1990) e Venables (2003) apontando que os ganhos para os países do Sul seriam maiores por meio de uma maior liberalização multilateral e que

---

<sup>3</sup> Até a formação da UNASUL, houve diversas propostas de integração entre os países da América do Sul. Após a Segunda Guerra Mundial, destacam-se a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960; o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), também em 1960; o Pacto Andino, em 1969; o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), em 1975; a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em 1980; o MERCOSUL, em 1991; a Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), em 1993; a transformação do Pacto Andino em CAN, em 1997; e a Aliança do Pacífico (AP), em 2011. Cada acordo buscava alguma forma de integração, na maior parte comercial, entre os países da América do Sul. A iniciativa mais recente, embora ainda não tenha um caráter comercial, é a formação da UNASUL. (CARVALHO, 2013).

<sup>4</sup> A UNASUL foi constituída em 2008 e busca, entre outros objetivos, avançar progressivamente para a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas com o fim de gerar um maior dinamismo nos fluxos comerciais entre os países. (UNASUL, 2015).

APCs entre países em desenvolvimento geralmente favorecem os países mais desenvolvidos.<sup>5</sup>

O objetivo do estudo é analisar os efeitos sobre comércio e bem-estar da formação de uma área de livre comércio entre todos os países da América do Sul e de um APC entre o Brasil e o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA), buscando identificar os setores mais beneficiados pelo eventual acordo, classificados de acordo com seu grau de intensidade tecnológica. A integração brasileira com o NAFTA, do tipo Norte-Sul, serve de contraponto à liberalização Sul-Sul com os vizinhos sul-americanos. Nesta pesquisa, dois cenários são criados: (i) uma área de livre comércio (ALC) na América do Sul; e (ii) uma ALC entre Brasil e NAFTA. Na simulação que envolve o Brasil e o NAFTA, parte-se da premissa da pré-existência de uma ALC na América do Sul.

Para formular as simulações se utiliza o modelo de equilíbrio geral computável (EGC) – *Global Trade Analysis Project* (GTAP), que adota uma estrutura de mercado de competição perfeita e retornos constantes de escala. Esses modelos podem produzir uma grande variedade de cenários, incluindo aqueles em que as barreiras multilaterais, regionais e/ou unilaterais são modificadas, de acordo com o interesse do pesquisador. Há estudos empíricos, baseados em modelos de equilíbrio geral computáveis, que avaliam os efeitos da integração de países do continente americano, especialmente da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), como nas pesquisas de Gurgel, Bitencourt e Teixeira (2002) e Monte e Teixeira (2007), e do MERCOSUL, como, por exemplo, os estudos de Azevedo (2008), de Bueno (2013) e de Oliveira (2014).

O estudo é organizado da seguinte forma: o segundo capítulo apresenta brevemente as principais contribuições teóricas acerca do comércio Sul-Sul, a recente evolução do intercâmbio comercial entre os países da UNASUL, por grau de intensidade tecnológica, e os principais estudos empíricos a respeito da integração do continente americano. O terceiro capítulo expõe o modelo de equilíbrio geral computável utilizado, bem como a agregação regional e setorial e os cenários para a realização da simulação. No quarto capítulo são analisados os resultados obtidos por meio das simulações, com ênfase nos efeitos sobre o comércio internacional e o

---

<sup>5</sup> Frischtak e Belluzzo (2014) questionam a associação direta entre produção de manufaturas e desenvolvimento, mostrando uma série de exemplos de países que conseguiram se desenvolver a

bem-estar do Brasil e demais regiões examinadas. Por fim, no capítulo final são apresentadas as conclusões.

## 2 COMÉRCIO SUL-SUL

Neste capítulo, apresentam-se as principais contribuições teóricas acerca do comércio Sul-Sul e a recente evolução do intercâmbio comercial entre os países da UNASUL, por grau de intensidade tecnológica. Além disso, examinam-se os principais estudos empíricos a respeito da integração do continente americano.

### 2.1 BREVE REVISÃO TEÓRICA

A literatura acerca do comércio Sul-Sul pode ser dividida em três ondas, de acordo com Dahi e Demir (2008).<sup>6</sup> A primeira onda se baseia, principalmente, nos trabalhos de economistas estruturalistas latino-americanos, de Myrdal (1956) e de Lewis (1980), sendo claramente favorável à integração comercial entre os países em desenvolvimento. Ela destaca a importância do comércio Sul-Sul como uma forma dos países menos desenvolvidos superarem suas dificuldades no caminho para a industrialização, especialmente o menor tamanho de seus mercados e a escassez de recursos produtivos.

Os economistas estruturalistas, com destaque para Prebisch (1950), apontam as assimetrias na distribuição dos ganhos no comércio Norte-Sul. Eles sustentam que os maiores beneficiados seriam os países desenvolvidos do Norte devido, principalmente, à tendência histórica de deterioração dos termos de troca dos produtos primários exportados pelo Sul, em relação às manufaturas exportadas pelo Norte. Uma solução para esse problema seria a criação de APCs entre países do Sul, conforme apontado por Myrdal (1956). Isso possibilitaria a ampliação da escala de produção para as indústrias instaladas nesses países, em decorrência da ampliação do tamanho do mercado. Lewis (1980), por sua vez, salienta que a natural desaceleração do crescimento econômico de países desenvolvidos iria

---

<sup>6</sup> A literatura, por exemplo, Greenaway e Milner (1990), utiliza o termo Norte para identificar as economias industriais desenvolvidas e Sul para denominar os países em desenvolvimento.

retardar a expansão dos países em desenvolvimento, o que serviria de estímulo para políticas que estimulassem o comércio Sul-Sul.<sup>7</sup>

Linder (1961) também defendia a criação de APCs entre os países em desenvolvimento e apontava que mesmo se houvesse desvio de comércio, ele seria benéfico caso desviasse as exportações de países desenvolvidos. Isso permitiria uma reestruturação das importações dos países do Sul para insumos e bens de capital provenientes do Norte necessários para a industrialização. Além disso, por meio da famosa hipótese de Linder, o autor argumentava que a oferta interna é estimulada pela demanda doméstica e, assim, quanto mais similar fosse a estrutura da demanda entre dois países, maior tenderia a ser o comércio bilateral. A renda *per capita* seria o determinante fundamental da estrutura da demanda. Portanto, países com níveis de renda *per capita* mais próximos teriam um comércio maior, o que estimularia o comércio do tipo Norte-Norte e Sul-Sul.

A segunda onda é uma resposta à crescente sofisticação do comércio Sul-Sul, cada vez mais intensiva em capital e trabalho qualificado em comparação ao comércio Sul-Norte e tem visões antagônicas em relação aos seus benefícios. De um lado, na medida em que o comércio Sul-Sul tende a ser mais intensivo em capital, trabalho qualificado e de maior conteúdo tecnológico, em relação ao comércio Sul-Norte, os otimistas, com destaque para Amsden (1987) e Lall (1987), veem nesse processo uma oportunidade para ganhos dinâmicos associados, especialmente, à transferência de tecnologia entre os países em desenvolvimento, dada a similaridade do padrão de produção.<sup>8</sup>

Já os pessimistas, com destaque para Havrylyshyn (1985), atribuem esse comércio ao legado do processo de substituição de importações que teria gerado um excesso de produção, geralmente ineficiente, onde países do Sul de renda média despejariam produtos industriais intensivos em capital, mas de baixa qualidade, em países de renda mais baixa. Assim, a possibilidade de expansão desse comércio

---

<sup>7</sup> Mais recentemente, UNCTAD (2005) destacou que, além das menores taxas de crescimento dos países desenvolvidos, a existência de barreiras comerciais sobre setores importantes dos países em desenvolvimento criou uma razão adicional para estimular o comércio Sul-Sul. Além disso, também destaca que o rápido crescimento de países asiáticos em desenvolvimento reduziu a necessidade dos países do Sul buscarem os mercados do Norte para obterem ganhos associados à maior escala de produção.

<sup>8</sup> Chudnovsky (1989) aponta que em certas indústrias, especialmente a automobilística, o comércio Sul-Sul estimulado pela formação do MERCOSUL entre Brasil e Argentina, permitiu o avanço tecnológico em países de renda média que, inclusive, abriu mercados em países do Norte.

seria duvidosa. Greenaway e Milner (1990) destacam que a adoção de políticas para promover o comércio Sul-Sul não é convincente e que experiências prévias com a formação de APCs não seriam encorajadoras. Os ganhos para os países do Sul seriam maiores, segundo os autores, com o maior engajamento desses países na liberalização multilateral.

Mais recentemente, o crescimento de APCs entre países do hemisfério Sul, a partir dos anos 1990, causou uma proliferação de artigos buscando mensurar os eventuais ganhos de bem-estar associados a esses blocos. Venables (2003), por exemplo, baseado na análise vineriana de criação e desvio de comércio, conclui que a distribuição dos ganhos de APCs entre países em desenvolvimento geralmente favorece os países mais desenvolvidos envolvidos nesses acordos. Esses países iriam exportar produtos industriais para os menos desenvolvidos, em detrimento de países do Norte, mais eficientes e que não pertencem ao bloco, gerando uma situação de desvio de comércio. Já APCs do tipo Sul-Norte seriam mais benéficas para a maioria dos países em desenvolvimento, que poderiam importar produtos manufaturados a preços mais baixos de países do Norte.

Dahi e Demir (2008) concordam com Venables (2003) que a integração entre países do Sul com níveis de desenvolvimento muito diferentes, como China e os países africanos e sul-americanos, pode levar a um padrão de comércio típico Norte-Sul, com os menos desenvolvidos exportando produtos primários e importando manufaturas. Inclusive mencionam as evidências de um processo de reprimarização das exportações de países da América do Sul como resultado da expansão do comércio com a China.<sup>9</sup> No entanto, os autores, por meio de um modelo gravitacional, apontam que somente o aumento do comércio Sul-Sul estimularia as exportações de manufaturas.<sup>10</sup> Os autores destacam, ainda, que o crescente número de APCs entre países em desenvolvimento reflete um entendimento implícito desse fenômeno por parte dos formuladores de políticas econômicas desses países.

---

<sup>9</sup> Conforme destacam Nakhado e Jank (2006), a ideia de reprimarização das exportações brasileiras deve ser relativizada. Mesmo *commodities* utilizam insumos tecnologicamente avançados, como grãos geneticamente modificados e máquinas e equipamentos de transporte sofisticados. Assim, mesmo a soja em grão apresenta algum conteúdo tecnológico indireto em seu processo de produção.

<sup>10</sup> De acordo com os resultados, o comércio Sul-Sul de manufaturas cresceria entre 15% e 61% ao ano devido à formação de APCs, enquanto não haveria acréscimo nas exportações de manufaturas do Sul em acordos Sul-Norte.

## 2.2 COMÉRCIO NA UNASUL

O comércio entre os países do hemisfério Sul (chamado de comércio Sul-Sul) tem crescido de forma significativa nas últimas décadas. De acordo com a UNCTAD (2013), esse comércio chegava a 38% do total dos países do Sul, em 1990, enquanto o restante do comércio era realizado com os países desenvolvidos do hemisfério Norte. Mas, em 2011, ele já representava a maior parte do comércio, chegando a 56% do total, com grande parte desse movimento se concentrando no período 2000-2011. No entanto, os países das Américas eram responsáveis por apenas 10% do comércio total dos países em desenvolvimento do hemisfério Sul.

Além da baixa participação no comércio dos países em desenvolvimento, a América do Sul apresenta uma tendência inversa à observada nas demais regiões do hemisfério Sul. Entre 2000 e 2013, as exportações dos países que agora fazem parte da UNASUL declinaram de 22,5% para 18,9% (tabela 1). A queda foi ainda mais acentuada nas importações, que passaram de 26%, em 2000, para 20,3% do total, em 2013. O mesmo fenômeno ocorre com o MERCOSUL, cujo montante das exportações para os países da América do Sul caiu de 24,2% para 18,6% do total, no mesmo período, enquanto as importações caíram de 24,4% para 20,3%. Assim, houve uma redução do viés regional de comércio, se intensificando as relações comerciais para fora da América do Sul, durante o período examinado.

No caso do Brasil, as exportações para os países da UNASUL representavam apenas 17,1% do total do país, em 2013, sendo 12,2% apenas para o MERCOSUL, ficando abaixo dos 20,2% observados em 2000 (15,4% para o MERCOSUL). As importações brasileiras da região também se reduziram ainda mais, passando de 19,7% para 13,4%, ao longo do período. A Bolívia, por sua vez, é o país da América do Sul que apresenta o maior viés regional de comércio em 2013, destinando 68,2% e 44,3% de suas exportações e importações totais, respectivamente, para a região. De um lado, houve um aumento expressivo da participação das exportações da Bolívia para os demais países da região, mas, de outro lado, houve uma ligeira redução das importações de países que pertencem a UNASUL. Por sinal, os únicos países em que a região passou a ter um peso maior em suas importações foram Argentina e Suriname e, mesmo assim, com um aumento inferior a um ponto percentual.

Tabela 1 – Participação da UNASUL nas exportações e importações dos países membros em % – 2000/2013

Anos	Países	Exportações				Importações			
		MERCOSUL	UNASUL*	UNASUL**	Outros	MERCOSUL	UNASUL*	UNASUL**	Outros
2000	Argentina	32,8	13,0	45,8	54,2	28,6	3,3	31,9	68,1
	Brasil	15,4	4,8	20,2	79,8	16,6	3,1	19,7	80,3
	Paraguai	64,6	9,7	74,2	25,8	52,7	1,8	54,5	45,5
	Uruguai	45,2	3,8	49,0	51,0	48,1	2,3	50,4	49,6
	Venezuela	4,2	5,6	9,9	90,1	7,1	11,2	18,3	81,7
	MERCOSUL	17,3	6,9	24,2	75,8	20,1	4,3	24,4	75,6
	Bolívia	23,6	19,9	43,5	56,5	30,9	16,0	47,0	53,0
	Chile	10,7	5,5	16,2	83,8	27,4	4,5	31,9	68,1
	Colômbia	12,6	8,2	20,8	79,2	13,8	7,9	21,6	78,4
	Equador	4,7	16,1	20,7	79,3	14,2	22,4	36,5	63,5
	Guiana	0,6	0,8	1,4	98,6	16,6	0,7	17,3	82,7
	Peru	5,3	8,7	14,0	86,0	18,7	15,8	34,5	65,5
	Suriname	0,6	1,7	2,3	97,7	2,5	3,2	5,7	94,3
	UNASUL*	10,0	8,2	18,2	81,8	20,7	9,3	30,0	70,0
	<b>UNASUL**</b>	<b>15,2</b>	<b>7,3</b>	<b>22,5</b>	<b>77,5</b>	<b>20,3</b>	<b>5,8</b>	<b>26,0</b>	<b>74,0</b>
2013	Argentina	28,0	10,5	38,5	61,5	27,5	4,8	32,4	67,6
	Brasil	12,2	4,9	17,1	82,9	8,5	4,9	13,4	86,6
	Paraguai	40,1	9,0	49,2	50,8	41,9	1,9	43,7	56,3
	Uruguai	30,9	3,6	34,5	65,5	35,5	2,0	37,5	62,5
	Venezuela	0,2	0,4	0,6	99,4	15,7	11,0	26,7	73,3
	MERCOSUL	13,6	5,0	18,6	81,4	14,9	5,4	20,3	79,7
	Bolívia	55,1	13,1	68,2	31,8	29,4	14,9	44,3	55,7
	Chile	8,7	6,5	15,2	84,8	12,6	7,7	20,3	79,7
	Colômbia	7,3	8,5	15,8	84,2	8,3	7,0	15,2	84,8
	Equador	3,1	21,2	24,3	75,7	5,5	14,5	20,0	80,0
	Guiana	13,1	1,4	14,5	85,5	9,4	2,8	12,2	87,8
	Peru	6,5	9,7	16,2	83,8	10,1	12,2	22,3	77,7
	Suriname	0,8	5,7	6,5	93,5	3,8	2,4	6,2	93,8
	UNASUL*	9,8	9,7	19,5	80,5	10,7	9,5	20,2	79,8
	<b>UNASUL**</b>	<b>12,3</b>	<b>6,6</b>	<b>18,9</b>	<b>81,1</b>	<b>13,4</b>	<b>6,9</b>	<b>20,3</b>	<b>79,7</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de UNCTAD (2015).

Notas: (\*) Países membros da UNASUL, excluindo os que são membros do MERCOSUL; (\*\*) Países membros da UNASUL.

Bolívia, Paraguai e Argentina, nessa ordem, são os países com a maior concentração de suas exportações para a UNASUL, em 2013. A importância que a UNASUL tem no comércio internacional destes países pode ser parcialmente explicada pelo fato dos mesmos fazerem parte ou do MERCOSUL ou da CAN, com os produtos circulando livremente com os demais membros de seus respectivos blocos. Por outro lado, os países com mais baixa dependência de suas exportações para os vizinhos regionais são aqueles que não fazem parte de acordos de comércio preferencial na América do Sul (Chile, Guiana, Suriname e Venezuela).<sup>11</sup>

<sup>11</sup> A Venezuela apenas recentemente, em 2012, ingressou no MERCOSUL. A baixa participação das exportações da Venezuela para o UNASUL, em 2013, pode ser explicada em razão da falta de dados disponíveis no momento da pesquisa. (COMTRADE, 2015).

Percebe-se que o comércio entre os países da UNASUL é pouco representativo perante o total comercializado com o mundo. Além disso, essa representatividade diminuiu entre os anos 2000 e 2013.<sup>12</sup> Nesse sentido, a criação de uma zona de livre comércio entre todos os países da América do Sul poderia estimular o comércio na região, seguindo a tendência observada em outros países em desenvolvimento.

Um aspecto importante do comércio Sul-Sul é a maior concentração de produtos manufaturados em relação às exportações Sul-Norte. Esse mesmo fenômeno também se percebe no comércio entre os países da América do Sul, com o perfil de comércio entre os países da região diferente em relação àquele com o resto do mundo. Tanto em 2000 como em 2013, é possível observar, na tabela 2, uma concentração das exportações de produtos primários para outras regiões. Em 2013, elas representavam 83,3% do total, acima dos 73,1% verificados em 2000.<sup>13</sup>

Tabela 2 – Composição das exportações e importações da UNASUL, por intensidade tecnológica, conforme o destino, em % – 2000/2013

Anos	Setores	UNASUL	MERCOSUL	Outros	Mundo
2000	Exportações				
	Primários	45,8	43,1	73,1	66,7
	Baixa/Média-Baixa	16,4	16,2	11,6	12,7
	Alta/Média-Alta	37,7	40,7	15,3	20,6
	Importações				
	Primários	46,2	45	14,8	23,1
2013	Exportações				
	Primários	45,1	41,8	83,3	75,9
	Baixa/Média-Baixa	12,3	11,2	8,1	8,9
	Alta/Média-Alta	42,6	47,0	8,7	15,3
	Importações				
	Primários	44,4	40,2	22,2	26,7
	Baixa/Média-Baixa	12,5	11	14,2	13,8
	Alta/Média-Alta	43,2	48,8	63,6	59,4

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de UNCTAD (2015).

Já as exportações de produtos de média-alta e alta intensidade tecnológica são muito superiores no comércio regional em comparação com o resto do mundo. Em 2013, as exportações de produtos de maior conteúdo tecnológico (média-alta e

<sup>12</sup> O ponto máximo da participação entre os membros foi no ano de 1998, quando as exportações para membros da UNASUL atingiram 29% do total exportado. (CEPAL, 2014).

<sup>13</sup> Entre os principais produtos primários da pauta de exportação estão combustíveis, minérios e produtos agrícolas, que demonstram as vantagens comparativas da região. (CEPAL, 2014).

alta intensidade) intra-UNASUL chegaram 42,6% do total exportado, enquanto para fora da região atingiram apenas 8,7%. A participação desse segmento quase se igualou a dos produtos primários nas exportações intra-UNASUL. Essa situação se acentuou ao longo do período, visto que as exportações desse segmento entre os países da UNASUL, em 2000, representavam 37,7% do total, enquanto chegavam a 15,3% para outros destinos. A mesma tendência também ocorreu com os setores de baixa e média-baixa tecnologia, embora de forma menos acentuada.

Em relação às importações da UNASUL, o quadro é bem diferente, com uma maior dependência de produtos industriais de média-alta e alta intensidade tecnológica de países de outras regiões. Em 2013, elas chegaram a quase dois terços do total, embora tenham mostrado uma pequena retração no período de análise. Já as importações de produtos primários predominam no comércio regional, atingindo dobro da participação das importações de fora da América do Sul, em 2013. Mas chama a atenção a queda de participação de todos os setores industriais de países de fora da região nas importações totais da UNASUL, ao longo do período, ao lado de um aumento expressivo da participação de setores de maior conteúdo tecnológico no comércio entre os países da região, alcançando 43,2%, em 2013.

Como é possível observar, a composição do comércio intra-região para os países da UNASUL difere consideravelmente do comércio com outros países. Há uma forte concentração de exportações de produtos primários para fora da região, enquanto se sobressaem as exportações de produtos de maior conteúdo tecnológico para os países sul-americanos. Já as importações da região apresentam uma concentração em produtos industriais de países de fora da UNASUL.

No período de estudo, o intercâmbio comercial entre o Brasil e os países da UNASUL mais que triplicou, passando de US\$ 22,1 bilhões, em 2000, para US\$ 73,4 bilhões, em 2013, como se observa na tabela 3.<sup>14</sup> Observa-se que a maior parte do valor das exportações brasileiras para os países da UNASUL está concentrada em produtos de média-alta/alta intensidade tecnológica, alcançando um aumento de

---

<sup>14</sup> O Brasil possui a maior relevância econômica na UNASUL e, no ano de 2013, o país representou 50,7% da população, 54,0% do Produto Interno Bruto (PIB) e 38,7% do total comercializado pela União com o mundo. Os países membros do MERCOSUL representam, para UNASUL, 70,7% da população, 76,2% do PIB e 64,9% do comércio com o mundo. No Anexo 1 é possível observar a população, o PIB e a participação no comércio mundial dos países membros da UNASUL e de países selecionados em 2013.

208,8% no período de estudo e representando US\$ 25,12 bilhões, em 2013. No entanto, o crescimento mais expressivo foi observado em produtos primários, que chegou a 472,5%, ao longo do período examinado.

Tabela 3 – Exportações e importações do Brasil com os países membros da UNASUL, por intensidade tecnológica, em US\$ bilhões – 2000-2013

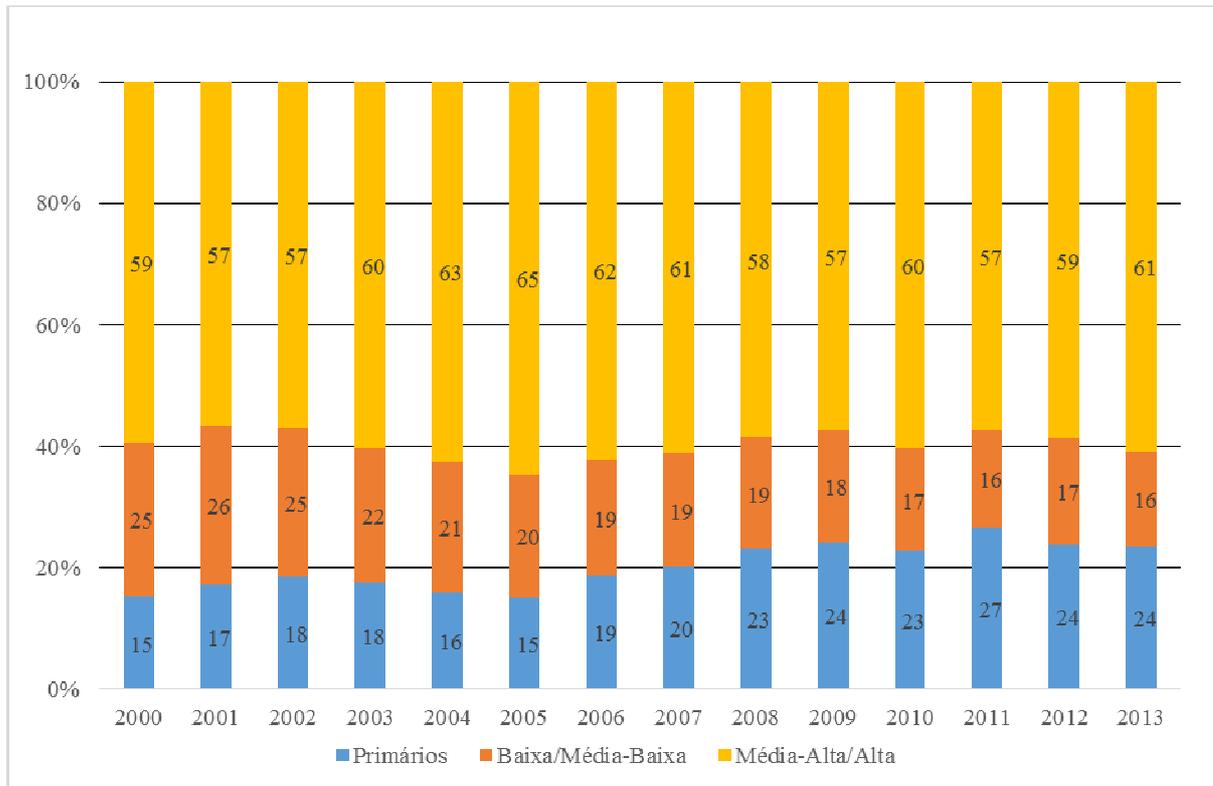
Setores	Ano							Variação 2000/2013 (%)	
	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012		2013
Exportações									
Primários	1,70	1,38	2,51	5,02	8,81	8,40	9,56	9,74	472,5
Baixa/Média-Baixa	2,8	1,84	3,36	5,07	7,10	6,20	7,02	6,41	128,6
Média-Alta/Alta	6,60	4,25	9,83	16,64	22,42	22,27	23,57	25,12	208,8
Importações									
Primários	6,85	4,67	5,72	9,44	14,62	13,82	16,48	17,18	150,8
Baixa/Média-Baixa	0,69	0,47	0,54	0,78	1,24	1,87	1,46	1,37	98,7
Média-Alta/Alta	3,46	2,54	3,13	4,84	8,73	10,90	12,55	13,54	291,3

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de UNCTAD (2015).

No que se refere às importações brasileiras, contudo, os produtos primários destacam-se durante todo o período, representando o maior valor em todos os anos, com crescimento de 150,8% entre 2000 e 2013. Os produtos de média-alta/alta intensidade tecnológica, por sua vez, tem aumentado sua participação na pauta importadora do país, passando de US\$ 3,46 bilhões, em 2000, para US\$ 13,54 bilhões, em 2013.

No gráfico 1, verifica-se o crescimento da participação de produtos primários nas exportações do Brasil para os países membros da UNASUL, passando de, aproximadamente, 15% da pauta exportadora, no ano de 2000, para 24%, em 2013. Para efeito de comparação, a participação das *commodities* nas exportações mundiais é de apenas 13% (NEGRI, 2012). Em relação aos demais produtos, houve queda de 9 pontos percentuais em relação aos de baixa/média-baixa intensidade tecnológica e de 2 pontos percentuais no caso dos produtos de média-alta/alta intensidade no período de estudo. Apesar da redução da participação, os produtos de baixa/média-baixa e de média-alta/alta intensidades tecnológicas representaram 77% do total exportado pelo país em 2013.

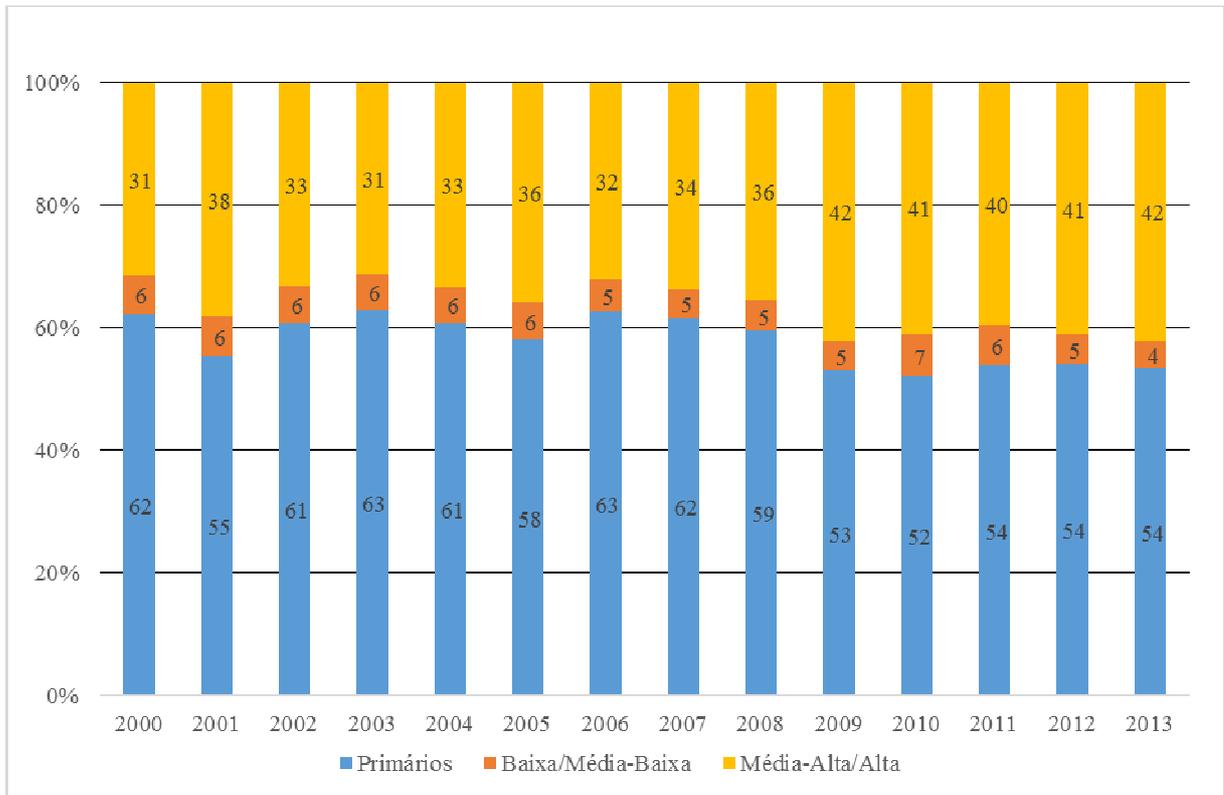
Gráfico 1 – Exportações do Brasil para os países membros da UNASUL, por intensidade tecnológica, em %, no período de 2000 a 2013



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de UNCTAD (2015).

No que se refere às importações do Brasil, com origem em países membros da UNASUL, verifica-se o predomínio dos produtos primários no período de estudo, embora tenha ocorrido uma queda na participação de 8 pontos percentuais. Os produtos de baixa/média-baixa intensidade, que representavam 6%, em 2000, reduziram-se para apenas 4% ao final do período. Por outro lado, os produtos classificados como média-alta/alta intensidade tecnológica passaram a representar 42%, em 2013, refletindo o crescimento de 11 pontos percentuais no período (gráfico 2).

Gráfico 2 – Importações do Brasil de países membros da UNASUL, por intensidade tecnológica, em %, no período de 2000 a 2013



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de UNCTAD (2015).

Uma característica importante do comércio brasileiro com os parceiros da UNASUL é o fato de que seu padrão de transações comerciais difere sensivelmente das transações do Brasil com os países do mundo. No ano de 2013, segundo a UNCTAD (2015), a pauta exportadora do Brasil foi constituída por 64,4% de produtos primários e 35,6% de bens com algum grau de intensidade tecnológica. Por outro lado, a pauta de importações foi constituída por 27,7% de produtos primários e 72,3% de bens com algum grau de intensidade tecnológica.<sup>15</sup>

<sup>15</sup> Carneiro e Oliveira (2014) também observaram que há uma distinção no comércio Brasil-UNASUL e Brasil-mundo, tanto no que se refere aos setores predominantes, quanto às classificações de acordo com a intensidade tecnológica dos produtos importados e exportados.

## 2.3 ESTUDOS EMPÍRICOS

Há uma série de estudos empíricos, baseados em modelos de equilíbrio geral computáveis, que analisam os efeitos da integração de países do continente americano, especialmente da ALCA (com destaque para Gurgel, Bitencourt e Teixeira (2002) e Monte e Teixeira (2007)), do MERCOSUL (por exemplo, Azevedo (2008) e Bueno (2013)) e da AP (ver Oliveira (2014)).

Em relação à ALCA, Gurgel, Bitencourt e Teixeira (2002) utilizaram o GTAP, versão 3, para determinar os impactos advindos com a implementação dos acordos de liberalização comercial nesta região para o Brasil, em particular, e para as demais nações envolvidas. O cenário empregado foi a implementação da ALCA, com a criação de uma área de livre comércio no continente, exceção de Cuba, onde foi simulada a tarifa zero para os países membros e nenhuma TEC foi imposta, mas a estrutura do MERCOSUL foi mantida assim como a sua TEC. Também foram eliminados todos os subsídios à exportação, mantendo-se apenas os subsídios à produção, pois eles não foram regulados pelos acordos da Rodada Uruguai.

Os resultados revelaram, de maneira geral, que houve criação de comércio, mesmo que pequena, pois se elevaram as exportações e importações agregadas, gerando, com isso, maior bem-estar para população, com saldos positivos nas balanças comerciais do Brasil, México, Argentina e Chile. Estes resultados apontaram que a maior liberalização comercial proporciona vantagens comerciais para os países em desenvolvimento. No entanto, os autores constataram que, para os países do MERCOSUL, em geral, e em especial para o Brasil, a ALCA traz ganhos modestos, sendo que, para Argentina e Chile, alguns indicadores são desfavoráveis. Destaca-se, também, o aumento das importações de manufaturados pelos países do MERCOSUL, em especial por parte do Brasil.

Monte e Teixeira (2007), por meio do GTAP, versão 6.2, estimaram os possíveis impactos na economia brasileira da desgravação gradual tarifária que ocorreria com a implementação da ALCA. Os autores simularam quatro cenários, conforme a carta de intenções da ALCA, em 1994, com a liberalização comercial a partir de quatro fases: a primeira, imediata; a segunda, em até cinco anos; a terceira, em até 10 anos; e a quarta, acima de 10 anos, ou seja, sem prazo definido. Quanto

maior o prazo de liberalização, maior a redução das tarifas de importação por parte dos países.<sup>16</sup>

Os autores chegaram à conclusão de que, apesar de pequeno, em todos os cenários houve crescimento do bem-estar na economia brasileira e somente a eliminação das tarifas de importação não seria tão benéfica para o agronegócio do Brasil, apontando para uma necessidade de posição mais agressiva do governo brasileiro quanto ao alto grau protecionista dos EUA para produção destes produtos em seu território. No setor de manufaturados, ocorreria redução na produção brasileira, em todos os cenários, aumento menor das exportações do que das importações, revelando baixa competitividade em relação ao mercado internacional, parcialmente em função dos custos trabalhistas, da insatisfatória infraestrutura de comercialização, da burocracia em demasia, da alta carga tributária e dos juros elevados.

Como era de se esperar, os efeitos na produção e no comércio internacional dos manufaturados se intensificaram em cada cenário. Quanto menor a tarifa, maior é a perda da produção de manufaturados brasileiros, resultando em um maior *déficit* no último cenário. Verificou-se, na economia brasileira, que a liberalização total da economia nacional (cenário 4) causaria menor impacto de bem-estar nos consumidores do que nos cenários de menor abertura.

Já em relação ao MERCOSUL, Azevedo (2008) utilizou o GTAP, versão 4, a fim de avaliar o impacto de sua criação sobre o bem-estar dos países membros e não membros, bem como analisar as hipóteses de criação ou desvio de comércio e da implementação plena da TEC. Dois conjuntos de simulações foram realizados no estudo: o primeiro buscou identificar a atribuição efetiva do MERCOSUL, através da eliminação das tarifas intrabloco, na determinação das mudanças do comércio e do bem-estar; e o segundo buscou identificar os efeitos gerados com a inclusão da TEC, no ano de 2006. Esse procedimento foi justificado em função dos membros do bloco realizarem reformas tarifárias unilaterais no mesmo momento da implementação do APC.

---

<sup>16</sup> Com intuito de uma análise mais condizente do cenário do MERCOSUL, após as agregações de países e setores, realizaram mudanças na base tarifária do GTAP, eliminando todas as tarifas de importação entre os membros, exceto as dos açúcares e alguns manufaturados e padronização da TEC.

Os resultados obtidos foram que o Brasil apresentou menores ganhos de bem-estar quando comparado à Argentina. Entretanto, na simulação da implementação da TEC, constatou que a mesma traria resultados distintos para os países do bloco. No caso da Argentina e do Uruguai, apresentaram queda no bem-estar e o Brasil e demais regiões obtiveram melhoria do bem-estar. O autor apontou que os ganhos para o Brasil foram fruto da eficiência alocativa, pois diferentemente dos demais países do bloco, o Brasil necessitou reduzir as suas tarifas de importação ao nível da TEC, realizando importações de países extrabloco. Com isso, no momento em que as medidas unilaterais são separadas da formação do MERCOSUL, o efeito sobre o bem-estar parece ser muito menor do que aquele estimado por trabalhos anteriores. Ou seja, a grande parte dos ganhos alocativos obtidos foram em função da liberalização unilateral e não pelo APC. Estudos anteriores que visavam mensurar o impacto do MERCOSUL, sem separá-lo das medidas unilaterais realizadas no mesmo período, parecem ter superestimado os efeitos do bloco.

Bueno (2013) utilizou o GTAP, versão 8, com o objetivo de mensurar a magnitude dos efeitos econômicos no Brasil da adesão da Venezuela ao MERCOSUL, ocorrida em julho de 2012 (a adesão ampliou o bloco para 70% da população sul-americana e 80% do PIB da região). Em seu estudo, o autor agregou dez regiões e 11 setores produtivos para mensurar a criação ou desvio de comércio, onde concluiu que houve pequenos ganhos da economia brasileira em bem-estar e na produção, nos setores nos quais o Brasil detém vantagens comparativas. Os ganhos obtidos pela indústria foram limitados, sendo que os setores de equipamentos de transporte (variação de 1,38%), máquinas e equipamentos (0,28%) e têxtil (0,17%) foram os maiores beneficiários. Por fim, quanto à participação da Venezuela no comércio brasileiro, é limitada ao setor de petróleo e como este setor já conta com tarifas reduzidas, o potencial de impacto da integração é muito reduzido.

Oliveira (2014) utilizou o GTAP, versão 6.2, com o objetivo de analisar se o MERCOSUL e a AP seguem em direção a uma integração com potencial de facilitar uma futura abertura multilateral. Apesar da proximidade geográfica e de um perfil de comércio externo relativamente análogo, com exportações concentradas em produtos primários, esses blocos apresentam diferenças profundas nas suas

relações com o multilateralismo. A principal diferença entre os blocos é o grau de abertura para os não membros, sendo que os países da AP apresentam um grau de protecionismo relativamente baixo, tendo a uma política comercial mais liberal, enquanto os membros do MERCOSUL mostram um viés oposto, de maior protecionismo em relação a países de fora do bloco.

Para o estudo, a autora agregou nove regiões e seis setores de atividade (conforme o grau de intensidade tecnológica), de forma a permitir a mensuração dos impactos da integração da AP. A conclusão apontada foi que os países mais beneficiados com a integração seriam o Chile e o México, devido à melhoria de seus termos de troca, o que provocou os maiores ganhos de bem-estar. Para o MERCOSUL houve uma deterioração dos seus termos de troca, causando uma pequena queda de bem-estar.

O Quadro 1 apresenta um resumo dos estudos empíricos analisados, onde são expostos os períodos, as regiões e as metodologias empregadas, além dos principais resultados de cada pesquisa.

Quadro 1 – Estudos empíricos

Fonte	Objetivo	Região	Metodologia	Resultado
Gurgel, Bitencourt e Teixeira (2002)	Verificar os impactos para o Brasil com a consolidação da ALCA.	ALCA e Brasil	GTAP, versão 3, dez regiões e nove setores de atividade.	Para o MERCOSUL, aponta que a ALCA traz aumento na produção agrícola, entretanto, para os produtos manufaturados o resultado é inverso. O Brasil é o único do país MERCOSUL com ganhos de bem-estar nas simulações.
Monte e Teixeira (2007)	Avaliar os impactos da ALCA, com gradual desgravação tarifária na economia brasileira.	ALCA e Brasil	GTAP, versão 6.2, nove regiões e 14 setores de atividade.	Somente alguns setores do agronegócio mostraram-se competitivos. Os indicadores de crescimento econômico e bem-estar foram favoráveis ao Brasil, em todos os cenários, mesmo que o crescimento tenha sido pequeno.
Azevedo (2008)	Avaliar o impacto do MERCOSUL sobre o bem-estar e se há criação ou desvio de comércio com a implementação da TEC.	MERCOSUL e Brasil	GTAP, versão 6.2, oito regiões e dez setores de atividade.	Constatou resultados distintos entre os membros do bloco. Para o Brasil houve melhoria decorrente de ganhos de eficiência alocativa em função de abertura unilateral e não pela regional.
Bueno (2013)	Analisar o impacto no MERCOSUL com a adesão da Venezuela e os efeitos sobre o Brasil.	MERCOSUL	GTAP, versão 8, nove regiões e seis setores de atividade.	A ampliação foi positiva, gerando criação de comércio e de bem-estar sobre os setores da economia brasileira.
Oliveira (2014)	Examinar o processo de integração comercial latino-americana: AP.	AP	GTAP, versão 6.2, nove regiões e seis setores de atividade.	Apesar da magnitude dos efeitos não ter sido significativa, houve países beneficiados, Chile e México, em detrimento ao MERCOSUL em função da alteração dos seus termos de troca.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como é usual nesse tipo de exercício, baseado em retornos constantes e concorrência perfeita, os efeitos sobre comércio internacional e bem-estar são pequenos quando comparados aos modelos com competição imperfeita, na medida em que estes criam mecanismos adicionais através dos quais um APC pode afetar o bem-estar. Mas um aspecto chama a atenção nesse conjunto de estudos examinados: sempre que o Brasil participa de um processo de integração, ele acaba se beneficiando, quer seja com aumento de bem-estar e/ou do comércio internacional, ao passo de que a sua ausência acarreta em perdas.

### 3 MODELO, AGREGAÇÃO E TARIFAS PRÉ-SIMULAÇÕES

Os modelos de equilíbrio geral computáveis têm sido utilizados para examinar os efeitos dos APCs sobre os países-membros e não-membros, baseados tanto em competição perfeita como imperfeita. A literatura que trata de modelos de EGC mostra que os ganhos de bem-estar são usualmente maiores em modelos com competição imperfeita quando comparados aos modelos que só permitem competição perfeita (por exemplo, DIAO; DÍAZ-BONILLA; ROBINSON, 2003; CAVALCANTE; MERCENIER, 1999; HARRISON; RUTHERFORD; TARR, 1997; e FLORES, 1997), na medida em que os primeiros criam mecanismos adicionais através dos quais um APC pode afetar o bem-estar. Entretanto, a teoria não afirma que os ganhos tenham de ser necessariamente maiores em uma estrutura de mercado marcada pela competição imperfeita. Harrison, Rutherford e Tarr (1997), por exemplo, salientam que esses ganhos adicionais estão mais associados com *mark-ups* mais elevados e/ou com a incorporação de outras mudanças, como elasticidades, do que com a mudança do regime em si.<sup>17</sup>

Este estudo utiliza o EGC – GTAP, que adota uma estrutura de mercado de competição perfeita e retornos constantes de escala nas atividades de produção. Neste estudo, as 129 regiões e os 57 setores da versão 8 da base de dados deste *software*, correspondendo à economia mundial em 2007, foram agrupados em oito regiões e quatro setores, de forma a permitir a mensuração dos impactos dos processos de integração do Brasil sobre o comércio e o bem-estar dos países participantes e não membros dos acordos. Para determinar a agregação regional, foram contemplados o Brasil, os demais países da América do Sul e os principais parceiros comerciais do país. Assim, as 129 regiões do GTAP foram reunidas em oito regiões agregadas: Brasil, os demais países do MERCOSUL (RestoMERC), os membros da Comunidade Andina (CAN), os demais países da América do Sul (RestoAS), NAFTA, UE28, países do BRICS menos o Brasil (BRICS) e o Resto do Mundo (RestoMundo), conforme se observa, detalhadamente, no quadro 2.

---

<sup>17</sup> O fechamento considera como variáveis exógenas todas aquelas que captam o comportamento: inovações tecnológicas, alíquotas tributárias, incluindo as de importação, e deslocamentos das estruturas de oferta e de demanda devido a choques exógenos.

Quadro 2 – Agregação regional

Região	Países
Brasil	Brasil.
RestoMERC	Argentina, Uruguai e Venezuela (menos Brasil).
CAN	Colômbia, Peru, Equador e Bolívia.
RestoAS	Chile e Resto dos países da América do Sul.
BRICS	Rússia, Índia, China e África do Sul (menos Brasil).
UE28	Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia (tornou-se membro em jul. 2013), Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Romênia, Suécia.
NAFTA	Estados Unidos da América (EUA), Canadá e México.
RestoMundo	Austrália, Nova Zelândia, Resto da Oceania, Hong Kong, Japão, Coreia, Taiwan, Resto do Leste Asiático, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Vietnã, Resto do Sudeste da Ásia, Bangladesh, Sri Lanka, Resto do Sul da Ásia, Resto da Europa, América Central, Resto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), Resto do Caribe, Suíça, Albânia, Resto da antiga União Soviética, Turquia, Resto do Oriente Médio, Marrocos, Tunísia, Resto do norte da África, Botswana, Resto do Sul Africano, Malauí, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue, Resto da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Madagascar, Uganda, Resto da África Subsaariana.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A agregação setorial foi criada para observar os efeitos de acordos sobre os setores segundo seu grau de intensidade tecnológica. Assim, é possível identificar o perfil de comércio de APCs do tipo Sul-Sul adotados na simulação UNASUL e do tipo Sul-Norte na integração do Brasil com os países do NAFTA. Desta forma, será possível examinar se um acordo entre países em desenvolvimento teria um efeito maior sobre as exportações de produtos manufaturados dos países membros do que acordos entre países com diferentes níveis de desenvolvimento. Sendo assim, os setores foram organizados conforme a classificação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), dividida em quatro categorias: alta intensidade tecnológica; média-alta intensidade tecnológica; média-baixa intensidade tecnológica; e baixa intensidade tecnológica. Por fim, foram incluídos o setor primário e o de serviços. A agregação setorial empregada pode ser observada no quadro 3.

Quadro 3 – Agregação setorial

Categorias	Descrição
Primários	Arroz, trigo, cereais, frutas, vegetais, oleaginosas, cana de açúcar e açúcar de beterraba, fibras e outras culturas, animais vivos e produtos de origem animal, leite, lã, silvicultura, pescados, carvão, óleo, gás, outros minerais, carnes, óleos vegetais e gorduras.
Baixa/Média-Baixa	Laticínios, arroz processado, açúcar, bebidas e tabaco, outros produtos alimentícios processados, têxteis, vestuário, artigos em couro, artigos em lã, produtos em madeira, produtos em papel e impressos e produtos minerais não especificados; produtos de metais, metais ferrosos, metais não especificados, petróleo e produtos de carvão.
Média-Alta/Alta	Veículos motorizados e peças automotivas, produtos químicos e plásticos e borrachas; máquinas, equipamentos eletrônicos, equipamentos não especificados, manufaturas não especificadas, equipamentos de transporte não especificados.
Serviços	Eletricidade, distribuição de gás, água, construção, comércio, transporte marítimo, aéreo e outros, comunicação, serviços financeiros, seguros, serviços para negócios, recreação, administração pública, defesa, saúde e educação e habitação.

Fonte: Elaborado pelo autor conforme classificação da OCDE.

Antes de se partir para as simulações, vale a pena examinar a estrutura de proteção presente nos experimentos deste estudo. As tarifas bilaterais, em nível de agregação apresentado pelo GTAP, são obtidas a partir das tarifas não-discriminatórias a seis ou oito dígitos do Sistema Harmonizado (SH) até os setores do GTAP, utilizando-se como ponderação o valor das importações bilaterais. Assim, o modelo fornece tarifas bilaterais que refletem diferenças na composição das tarifas e do comércio, em 2007. No entanto, as tarifas bilaterais no comércio entre os países do MERCOSUL ainda apresentava valores positivos, enquanto já estavam zeradas no comércio entre os membros da CAN. Assim, enquanto o comércio reflete as preferências existentes no MERCOSUL, os dados relativos à proteção (tarifas) não o fazem. Dessa forma, é preciso torná-los consistentes. Com o intuito de ajustar os dados relativos à estrutura de proteção, eliminando-se todas as tarifas no comércio intrabloco, a simulação *Altetax* foi utilizada. Esse ajuste nas tarifas intra-MERCOSUL representa o equilíbrio inicial efetivamente empregado na primeira simulação feita neste estudo, refletindo o livre comércio nos dois blocos da região.

Para avaliar os efeitos da integração do Brasil com os demais países da América do Sul foi realizada a simulação denominada UNASUL, eliminando-se a incidência de barreiras tarifárias no comércio entre os países da região, de acordo com a versão 8 da base de dados do GTAP, que se refere ao ano de 2007, sendo também cenário de referência para as demais simulações. Como o objetivo é avaliar os efeitos da liberalização comercial entre os países envolvidos, as simulações envolvem apenas as mudanças nas tarifas de importação praticadas pelos países

membros, sem que haja mudança nas tarifas de importação dos países não membros.

A tabela 4 mostra a estrutura das tarifas de importação vigente no equilíbrio inicial, em 2007. No Brasil, as tarifas mais elevadas incidiam sobre os produtos manufaturas dos demais parceiros da UNASUL (CAN e RestoAS). Já o grau de proteção sobre os produtos primários era mais baixo. Chama a atenção que as tarifas que incidiam sobre as importações de setores de alta e média-alta tecnologia provenientes dos países da região eram mais altas do que do NAFTA e da UE, ocorrendo o oposto com os produtos primários. A redução de tarifas relativamente elevadas tendem a estimular as importações daqueles setores mais protegidos.

Em relação à CAN e ao RestoAS, as tarifas de importação dos parceiros da UNSUL são baixas, em alguns casos próximas a zero. Ambas as regiões, assim como ocorre com o Brasil, têm tarifas mais altas para produtos de maior conteúdo tecnológico de países da região do que de países desenvolvidos, o que deverá incrementar o comércio desses setores quando o bloco se formar. O Brasil, por sinal, é a região cujas exportações sofrem o maior grau de proteção do RestoAS em setores de alta e média-alta tecnologia. O RestoMERC apresenta um grau de protecionismo maior em relação a produtos primários, com tarifas mais baixas para as importações de manufaturas, tanto dos parceiros da América do Sul como de fora da região.

Tabela 4 – Estrutura tarifária no equilíbrio inicial, em 2007 (%)

Regiões	Setores	Brasil	RestoMERC	CAN	RestoAS	NAFTA	UE28	BRICS	RestoMundo
Brasil	Primários	0,00	0,00	2,59	0,27	4,44	8,01	4,04	7,64
	BaixaMB	0,00	0,00	4,78	0,80	2,39	5,42	18,32	10,39
	MAeAlta	0,00	0,00	4,28	2,02	1,06	1,17	9,82	5,39
	Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RestoMERC	Primários	0,00	0,00	6,42	1,21	0,33	6,11	6,89	5,12
	BaixaMB	0,00	0,00	2,20	0,78	1,39	1,86	8,26	7,71
	MAeAlta	0,00	0,00	1,82	0,81	1,04	1,48	8,68	8,29
	Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAN	Primários	0,02	0,05	0,00	0,02	0,19	0,08	1,02	1,56
	BaixaMB	0,21	0,06	0,00	1,03	2,13	0,73	4,88	3,20
	MAeAlta	1,30	0,14	0,00	0,34	0,29	0,02	9,75	4,08
	Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RestoAS	Primários	0,02	0,24	0,89	9,98	0,32	1,40	2,24	1,14
	BaixaMB	0,04	1,06	1,43	1,98	0,53	2,41	0,67	2,37
	MAeAlta	3,90	1,19	0,99	0,95	0,07	0,81	7,44	2,33
	Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Base de dados do GTAP.

Além da magnitude das tarifas de importação no equilíbrio inicial, os resultados são potencialmente sensíveis às hipóteses utilizadas, especialmente àquelas que se referem aos valores das elasticidades de substituição, como destacam Hertel e Martin (1999) e Gehlhar (1997).<sup>18</sup> Assim, aqueles setores que sofrerem as maiores reduções tarifárias e apresentarem elevadas elasticidades de substituição deverão ter os maiores impactos das simulações no que tange às exportações e bem-estar. O setor de alto e médio-alto grau de intensidade tecnológica apresenta a mais alta elasticidade de substituição entre os fatores primários de produção, com exceção do setor de serviços (1,26) e o valor elevado da elasticidade de substituição entre as importações de diferentes fontes (7,40) indicam que ele será mais afetado pelas simulações (tabela 5).

Tabela 5 – Elasticidades de substituição

Setores	ESUBVA	ESUBD	ESUBM
Primários	0,28	3,94	10,24
Baixa e MB	1,23	2,86	6,16
MA e Alta	1,26	3,67	7,40
Serviços	1,36	1,94	3,86

Fonte: Base de dados do GTAP.

<sup>18</sup> Eles se referem às elasticidades de substituição entre os fatores primários (ESUBVA), entre os bens domésticos e importados da estrutura de agregação de Armington (ESUBD) e entre importações de diferentes fontes (ESUBM).

## **4 RESULTADOS**

A análise dos resultados de cada simulação se restringe às mudanças no comércio internacional, com foco nas exportações, e nos efeitos sobre o bem-estar, enfatizando as mudanças alocativas e dos termos de troca.

### **4.1 CENÁRIO UNASUL**

#### **4.1.1 Impactos sobre o comércio internacional**

A formação da UNASUL teria como principal resultado o aumento do comércio de manufaturas entre os países da região. Embora em alguns países tenha também ocorrido uma elevação das exportações de produtos primários para os demais países da região, as maiores variações se observam nos setores de alta e média-alta e de baixa e média-baixa intensidades tecnológicas, com o primeiro apresentando um desempenho bem superior ao segundo. Ou seja, a formação da UNASUL iria reforçar a tendência recente de aumento do comércio do tipo Sul-Sul, baseado em produtos manufaturados de maior intensidade tecnológica, e que também já é observada no comércio entre os países da região, como a seção 2.2 mostrou.

Um segundo aspecto importante, e esperado, é o viés regional das exportações. Com a liberalização comercial entre os países da região, houve um deslocamento das exportações para dentro do bloco, especialmente de produtos de maior conteúdo tecnológico, em detrimento das demais regiões examinadas. As exceções se referem ao comércio entre Brasil e o RestoMERC e entre os membros da CAN entre si, onde houve uma queda das exportações. Isso pode ser explicado pela perda do monopólio das preferências tarifárias nesses dois casos, que foram estendidas para os outros países da região. Assim, a criação do bloco iria reverter a

tendência de perda de participação do comércio regional na pauta exportadora dos países da UNASUL, observada entre 2000 e 2013.

No caso do Brasil, esses dois aspectos mencionados anteriormente se destacam. O setor mais beneficiado com a criação de uma zona de livre comércio na UNASUL, do ponto de vista das exportações, é o de alta e média-alta intensidades tecnológicas. Isso é a consequência da liberalização ocorrida nesse setor com os demais países da região e das elevadas elasticidades de substituição entre os bens domésticos e importados e entre as importações de diferentes fontes, conforme destacado anteriormente. A maior demanda da UNASUL por produtos brasileiros devido à redução das tarifas de importação e às altas elasticidades de substituição estimula as exportações desse setor. As exportações brasileiras totais do setor cresceram 1,72%, com acentuado viés regional, elevando-se em 30,6% e 13,1% para os países da CAN e o RestoAS, respectivamente (tabela 6). No entanto, elas caíram para as outras regiões e para os demais países do MERCOSUL em todos os setores examinados.

O RestoAS é a região que teria o maior aumento de suas exportações do setor de elevado conteúdo tecnológico, chegando a 4,3%, com destaque para o Brasil, onde cresceriam 33,1%. A CAN apresentaria uma elevação das exportações de 1,45% desse segmento e o maior aumento também seria para o mercado brasileiro, atingindo 12,3%. Somente as exportações desse segmento do RestoMERC declinariam para o Brasil, devido justamente a perda das preferências tarifárias para os outros países da região. Confirmando o menor dinamismo dos produtos primários em uma eventual integração entre os países da América do Sul, haveria uma queda de suas exportações totais no Brasil e uma estagnação no RestoMERC e no RestoAS. As exportações totais desse setor somente cresceriam na CAN, devido ao avanço nos dois maiores mercados da região, Brasil e RestoMERC.

Tabela 6 – Variação das exportações dos países da UNASUL por região e setor (%)

Região Exportadora	Setores	Brasil	RestoMERC	CAN	RestoAS	NAFTA	UE28	BRICS	RestoMundo	Total
Brasil	Primários	-	-0,27	15,61	-0,49	-0,86	-0,78	-0,76	-0,81	<b>-0,68</b>
	BaixaMB	-	-0,72	27,33	3,55	-0,86	-0,86	-0,85	-0,85	<b>0,11</b>
	MAeAlta	-	-0,76	30,61	13,11	-1,11	-1,09	-1,07	-1,09	<b>1,72</b>
	Serviços	-	-0,45	-1,13	-0,57	-0,76	-0,75	-0,76	-0,76	<b>-0,7</b>
RestoMERC	Primários	-1,04	-0,87	67,13	8,83	-1,53	-1,39	-1,35	-1,36	<b>0,12</b>
	BaixaMB	-0,33	-0,65	9,34	3,49	-0,81	-0,79	-0,80	-0,80	<b>-0,14</b>
	MAeAlta	-0,32	-0,44	9,87	3,85	-0,78	-0,78	-0,79	-0,79	<b>0,97</b>
	Serviços	-0,22	-0,29	-0,97	-0,41	-0,60	-0,59	-0,6	-0,59	<b>-0,52</b>
CAN	Primários	2,32	2,82	-8,67	-0,48	1,75	1,55	1,27	1,45	<b>1,01</b>
	BaixaMB	3,31	1,99	-2,22	7,47	1,5	1,52	1,52	1,54	<b>1,44</b>
	MAeAlta	12,32	3,04	-1,54	2,65	1,67	1,68	1,66	1,66	<b>1,45</b>
	Serviços	1,1	1,02	0,34	0,9	0,71	0,72	0,71	0,72	<b>0,66</b>
RestoAS	Primários	0,48	2,88	-1,87	158,43	-0,13	-0,06	-0,02	-0,06	<b>-0,01</b>
	BaixaMB	0,53	6,62	5,00	11,99	-0,19	-0,19	-0,19	-0,19	<b>0,17</b>
	MAeAlta	33,06	9,25	3,90	5,47	-0,26	-0,25	-0,25	-0,25	<b>4,31</b>
	Serviços	-0,02	-0,09	-0,77	-0,21	-0,41	-0,40	-0,40	-0,40	<b>-0,27</b>

Fonte: Simulação UNASUL.

#### 4.1.2 Efeito sobre o bem-estar

Além de identificar os efeitos sobre o comércio, também é possível mensurar os impactos sobre o bem-estar, em cada setor e em cada país do bloco, usando a decomposição do bem-estar do GTAP, mediante seus três componentes: efeitos alocativos, termos de troca e saldo investimento-poupança. Em um modelo que se baseia na análise de estática comparativa, com dotação de fatores e tecnologia fixas, a maneira de aumentar o bem-estar é através da redução das distorções causada pela incidência de tarifas sobre o comércio. Os ganhos de eficiência alocativa estão intimamente relacionados ao grau em que o país reduz suas tarifas. Produtos importados mais baratos provocam ganhos, tanto no consumo como na forma como os recursos domésticos são empregados. Os efeitos sobre o bem-estar não se restringem a mudanças alocativas, mas também incluem alterações nos termos de troca e no preço relativo da poupança e do investimento. Os termos de troca (TOT) são definidos como a razão entre o preço recebido e o preço pago pelos bens comercializáveis. O impacto sobre o bem-estar, derivado do componente investimento-poupança (I-S), depende dos preços da poupança e do investimento e se a região é uma fornecedora ou receptora líquida de poupança.<sup>19</sup>

<sup>19</sup> As regiões que são fornecedoras líquidas de poupança para o banco global se beneficiam com o aumento do preço da poupança relativo ao do investimento, enquanto os recebedores líquidos perdem.

A simulação UNASUL mostra que apenas três regiões se beneficiam, em termos de bem-estar, com a formação do bloco: Brasil, RestoMERC e RestoAS, nessa ordem. Todas as demais mostram perdas de bem-estar. O Brasil apresentaria os maiores ganhos, que chegariam a US\$ 346 milhões (tabela 7). Embora seja o país que teria o maior aumento, tanto alocativo como nos termos de troca, eles se concentram nesse último. Os ganhos de bem-estar do RestoMERC e do RestoAS também se devem à melhoria dos termos de troca. Já a CAN, além de ser a única da região beneficiada pela liberalização comercial que apresentaria perda de bem-estar, ela seria a maior entre todas as regiões examinadas, atingindo US\$ 278 milhões.

Como os efeitos alocativos teriam uma menor magnitude com a criação do bloco e o maior impacto recai sobre os termos de troca, esses merecem uma atenção especial. A deterioração dos termos de troca das regiões que não estão envolvidas no acordo é natural e reflete a redução preferencial das tarifas de importação dos países que formam o acordo preferencial de comércio. Para que os países de fora do bloco continuem sendo competitivos naquele mercado, é preciso reduzir os seus preços de exportação, o que acaba melhorando termos de troca dos integrantes do bloco, em prejuízo das demais regiões examinadas. O mesmo ocorre com a CAN, que embora faça parte do acordo, sofre com uma queda de seus preços de exportação, na medida em que é a única região sul-americana que conseguiria elevar a suas exportações para outras regiões de fora da América do Sul.

Tabela 7 – Efeitos sobre o bem-estar (milhões de US\$)

Regiões	Efeitos Alocativos	Termos de Troca	Efeito I-S	Efeito Total	% do PIB
Brasil	142	245	-41	<b>346</b>	<b>0,025</b>
RestoMERC	30	175	-33	<b>171</b>	<b>0,033</b>
CAN	-123	-174	18	<b>-278</b>	<b>-0,074</b>
RestoAS	4	23	-3	<b>25</b>	<b>0,014</b>
NAFTA	-19	-122	-39	<b>-180</b>	<b>-0,001</b>
UE28	-60	-81	18	<b>-123</b>	<b>-0,001</b>
BRICS	-27	-44	37	<b>-34</b>	<b>-0,001</b>
RestoMundo	-42	-23	42	<b>-22</b>	<b>0,000</b>
Total	-95	-1	0	<b>-95</b>	<b>0,000</b>

Fonte: Simulação UNASUL.

A melhoria nos termos de troca do Brasil ocorre em todos os setores, mas é maior nos produtos manufaturados, tanto de baixa como de alta intensidade tecnológica (tabela 8). Essa melhoria dos termos de troca é resultado, quase que

exclusivamente, do aumento dos preços de exportação do país, pois seus produtos tiveram uma elevação da demanda por parte dos demais países da região, como demonstra o aumento de suas exportações. No RestoMERC, a melhoria dos termos de troca se concentra nos produtos primários, chegando a US\$ 106 milhões, a maior variação desse experimento.

Tabela 8 – Variação nos termos de troca (milhões de US\$)

Regiões	Primários	BaixaMB	MAeAlta	Serviços	Total
Brasil	53	73	72	47	<b>245</b>
RestoMERC	106	49	-5	25	<b>175</b>
CAN	-66	-72	-20	-15	<b>-174</b>
RestoAS	4	12	-4	12	<b>23</b>
NAFTA	-26	-24	-43	-28	<b>-122</b>
UE28	-34	-16	-10	-21	<b>-81</b>
BRICS	-29	-10	-1	-4	<b>-44</b>
RestoMundo	-5	-8	3	-12	<b>-23</b>
Total	2	3	-8	3	<b>0</b>

Fonte: Simulação UNASUL.

Os resultados da simulação confirmam que a formação de um acordo comercial entre os países da América do Sul iria estimular o intercâmbio comercial na região, especialmente de produtos de alta e média-alta tecnologia. Eles estão em sintonia com a literatura que trata do tema, que aponta uma tendência de aumento do comércio Sul-Sul com ênfase nas exportações de produtos manufaturados (por exemplo, Dahi e Demir (2008)). Conforme destacado por Amsden (1987) e Lall (1987), esse processo pode criar oportunidades para ganhos dinâmicos associados à transferência de tecnologia entre os países em desenvolvimento, dada a similaridade do padrão de produção.

Em relação à evolução do bem-estar, o Brasil e o RestoMERC seriam os maiores beneficiados com a integração regional e somente a CAN sairia perdendo, devido à deterioração de seus termos de troca. Portanto, a partir da análise desses resultados, tanto em termos de comércio como de bem-estar, não é possível concluir, conforme sugerido por Venables (2003), que os ganhos da integração entre países em desenvolvimento sejam assimétricos, sendo cooptados majoritariamente pelo país mais desenvolvido pertencente ao acordo. No caso da formação da UNASUL, os ganhos foram apropriados por todos os países da região.

## 4.2 CENÁRIO BRASIL-NAFTA: IMPACTOS SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL E O BEM-ESTAR

A eventual criação de um acordo de livre comércio entre o Brasil e o NAFTA resultaria em um aumento do comércio entre as duas regiões, beneficiando praticamente todos os setores. No entanto, o perfil setorial das exportações seria distinto daquele observado na integração da UNASUL. Enquanto o Brasil experimentaria um aumento maior de suas exportações de produtos primários para o NAFTA, aquele bloco iria elevar mais as suas exportações de produtos de alta e média-alta intensidades tecnológicas para o Brasil (tabela 9). Apesar do aumento generalizado das exportações do NAFTA para o Brasil, aquele bloco teria uma redução de suas exportações totais em todos os segmentos, exceto dos produtos de maior conteúdo tecnológico (0,56%).

Tabela 9 – Variação das exportações do Brasil e do NAFTA por região e setor (%)

Região Exportadora	Setores	Brasil	RestoMERC	CAN	RestoAS	NAFTA	UE28	BRICS	RestoMundo	Total
Brasil	Primários	-	-2,75	-3,1	-2,96	50,32	-2,85	-2,81	-2,96	<b>1,10</b>
	Baixa e MB	-	-1,08	-0,89	-0,9	14,61	-0,95	-0,93	-0,92	<b>3,51</b>
	MA e Alta	-	0,37	0,77	0,71	9,30	0,75	0,76	0,79	<b>2,85</b>
	Serviços	-	-1,32	-1,02	-1,03	-0,78	-1	-1	-0,97	<b>-0,88</b>
NAFTA	Primários	23,03	0,20	-0,09	0,15	-0,59	-0,01	0,04	-0,02	<b>-0,23</b>
	Baixa e MB	37,99	-0,52	-0,34	-0,36	-0,35	-0,40	-0,37	-0,36	<b>-0,01</b>
	MA e Alta	54,35	-0,99	-0,59	-0,64	-0,28	-0,63	-0,59	-0,58	<b>0,56</b>
	Serviços	0,11	-0,71	-0,41	-0,43	-0,17	-0,40	-0,39	-0,37	<b>-0,32</b>

Fonte: Simulação Brasil-NAFTA.

O aumento do comércio bilateral entre Brasil e NAFTA teria como efeito a redução de suas exportações para as demais regiões em quase todos os setores. A principal exceção são as exportações brasileiras de produtos de maior intensidade tecnológica, que crescem para todas as regiões, especialmente para o NAFTA. O mesmo não se percebe para o bloco norte-americano, que só elevaria suas exportações desse segmento para o Brasil. Esse é um aspecto importante dessa simulação. Embora as exportações brasileiras de produtos primários tenham se destacado, também haveria um incremento significativo das exportações de manufaturas, de forma viesada, para o mercado da América do Norte. O aumento do dinamismo das exportações industriais do Brasil para aquele mercado é resultado da

elevação tanto de produtos de baixa (14,6%) como de alta intensidade tecnológica (9,3%).

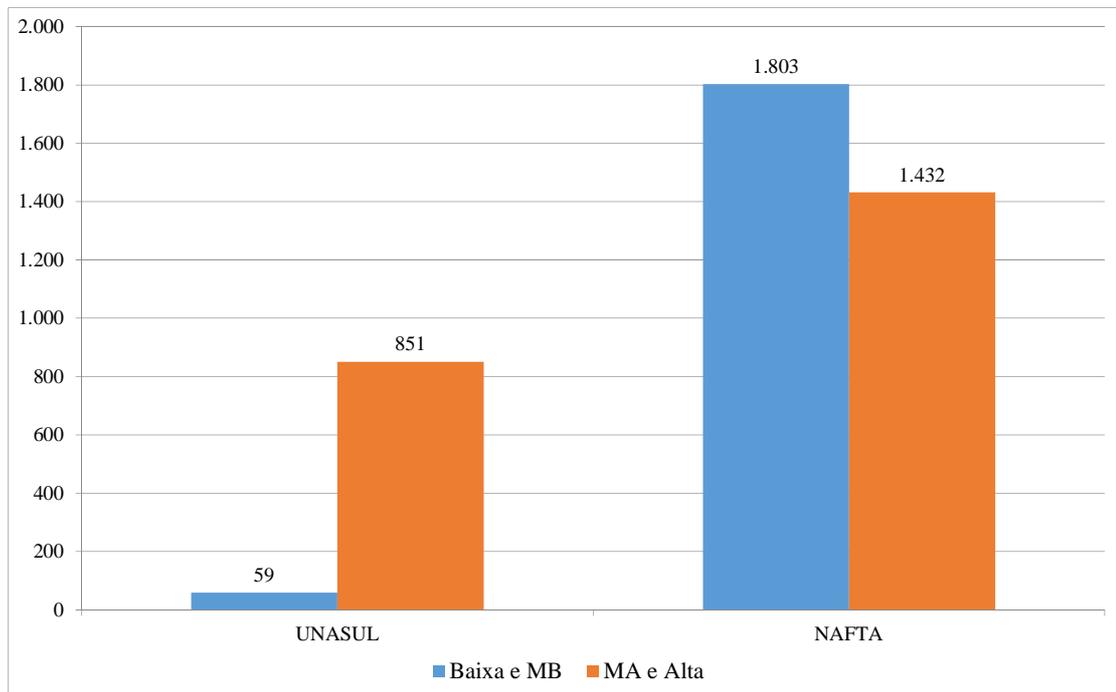
Como resultado da expansão principalmente para o NAFTA, as exportações totais brasileiras de setores de maior (2,9%) e menor intensidade tecnológica (3,5%) mostraram um crescimento maior do que a de produtos primários. Esse setor acabou desviando boa parte de suas exportações para outros mercados para servir ao NAFTA, gerando um acréscimo total de apenas 1,1%. Esse quadro permite que se vislumbre um aumento do comércio intraindustrial bilateral entre as duas regiões, a partir da criação de um acordo de livre comércio. De qualquer forma, o aumento desse tipo de comércio não seria equilibrado, com os países do NAFTA mostrando elevações significativamente maiores para o Brasil do que ao contrário.<sup>20</sup>

De qualquer forma, o volume de acréscimo das exportações brasileiras de manufaturas seria muito superior com um acordo com o NAFTA em relação à formação da UNASUL. As exportações de setores de maior intensidade tecnológica aumentariam em R\$ 1,4 bilhão para o NAFTA e US\$ 851 milhões para a UNASUL (gráfico 3). A diferença é ainda maior nos segmentos de baixo e médio-baixo conteúdo tecnológico. As exportações brasileiras cresceriam US\$ 1,8 bilhão para a América do Norte e apenas US\$ 59 milhões para os vizinhos sul-americanos. Nesse sentido, os resultados das simulações sinalizam para ganhos comerciais mais expressivos com a integração com países desenvolvidos da América do Norte do que com aqueles em desenvolvimento da América do Sul.

---

<sup>20</sup> O aumento de apenas 0,56% das exportações totais desses setores pelos países da América do Norte geraria um acréscimo de US\$ 5,9 bilhões, enquanto a elevação de 2,9% do Brasil aumentaria as exportações totais do segmento em apenas US\$ 1,4 bilhão.

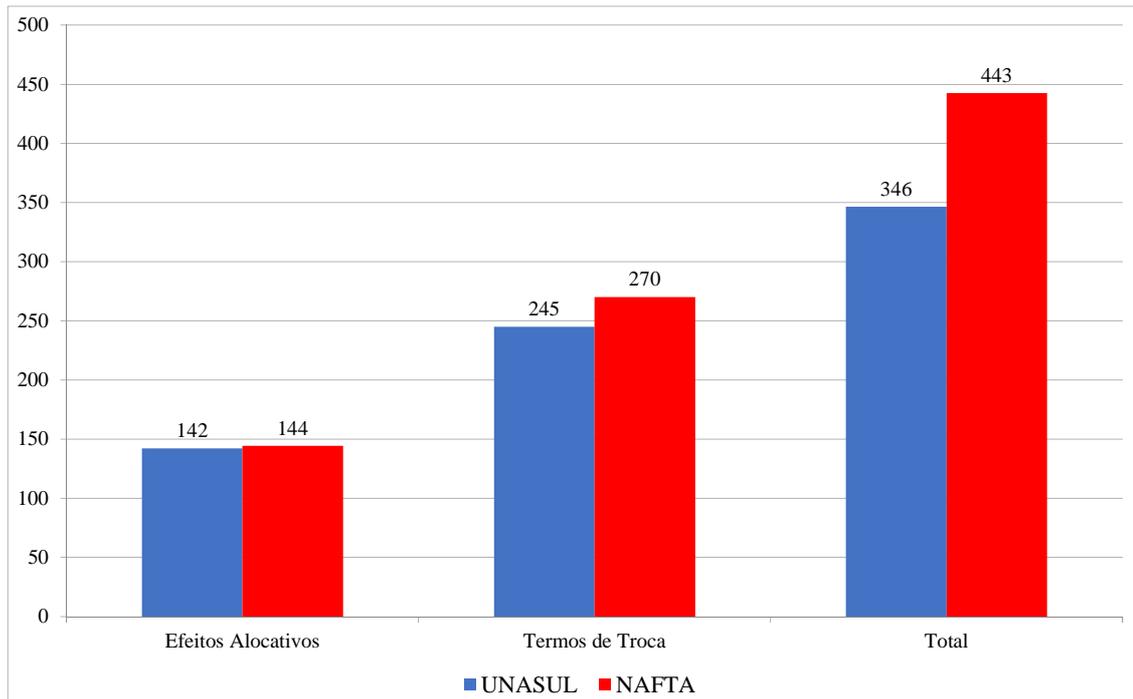
Gráfico 3 – Variação das exportações do Brasil de manufaturas por intensidade tecnológica (US\$ milhões)



Fonte: Simulações UNASUL e Brasil-NAFTA.

Considerando-se os efeitos sobre o bem-estar do Brasil, ambos os acordos de comércio proporcionariam resultados similares, embora novamente aqui a integração com o NAFTA garantiria ganhos ligeiramente maiores para o Brasil. Em ambos os cenários, o país teria ganhos proporcionados tanto pela melhor alocação de recursos como pela melhoria dos termos de troca. No cenário NAFTA, o Brasil teria um aumento de bem-estar de US\$ 443 milhões, influenciado principalmente pela melhoria dos termos de troca. Já no acordo com os países da América do Sul, os ganhos chegariam a US\$ 346 milhões e, novamente, com protagonismo dos termos de troca (gráfico 4).

Gráfico 4 – Variação no bem-estar do Brasil (US\$ milhões)



Fonte: Simulações UNASUL e Brasil-NAFTA.

A comparação entre os dois tipos de acordos comerciais realizada nesse estudo mostra que a integração do tipo Sul-Sul embora possa gerar benefícios para o Brasil, tanto relativos ao bem-estar como de exportações de bens de mais alta intensidade tecnológica, parece que encontra um limite na dimensão da estrutura industrial dos parceiros comerciais. Já o acordo Sul-Norte, entre Brasil e os países do NAFTA, mostrou resultados mais expressivos em ambas as dimensões (comercial e bem-estar). Os resultados, embora obtidos por meio de uma metodologia diferente, se opõem aos encontrados por Dahi e Demir (2008), que apontavam que apenas o crescimento do comércio entre países em desenvolvimento seria capaz de estimular as exportações de manufaturas.

Nesse sentido, dada a complementaridade desses acordos, a melhor alternativa para o Brasil seria a busca de um regionalismo aberto, fazendo parcerias tanto do tipo Sul-Sul como Sul-Norte. Mas, para isso ocorrer, é necessário que o MERCOSUL dê um passo atrás e se transforme em uma zona de livre comércio. Assim, seria possível ao Brasil ampliar a sua participação, ainda bastante restrita, conforme constatado por Thorstensen e Ferraz (2014), em processos de integração fora do âmbito do bloco, tanto com países em desenvolvimento como desenvolvidos.

## 5 CONCLUSÕES

No estudo foram examinados os efeitos da formação de uma zona de livre comércio entre os países da América do Sul, baseado na hipótese de que o comércio do tipo Sul-Sul estimularia as exportações de produtos manufaturados, por meio de um modelo de equilíbrio geral computável. Foi possível constatar que, de fato, a formação de um acordo comercial entre os países da América do Sul iria não apenas incrementar o comércio na região, mas principalmente daqueles produtos de alta e média-alta intensidades tecnológicas. Em todos os grupos de países examinados da região houve um maior dinamismo das exportações de produtos deste segmento, com as exportações totais brasileiras deste setor crescendo 1,7%. A integração comercial desses países iria, assim, aumentar ainda mais a já elevada concentração de exportações de produtos de maior conteúdo tecnológico entre os países sul-americanos.

Esses resultados vão ao encontro da literatura que aborda esse tema, que aponta uma tendência de aumento do comércio Sul-Sul com ênfase nas exportações de produtos manufaturados, como destacam Dahi e Demir (2008). Nesse sentido, conforme apontam Amsden (1987) e Lall (1987), a criação da zona de comércio preferencial poderia criar oportunidades para ganhos dinâmicos a partir da transferência de tecnologia entre os países da região, dada a similaridade do padrão de produção.

No entanto, a simulação que criou um acordo preferencial entre o Brasil e os países do NAFTA mostrou que os ganhos absolutos para o Brasil, no que se refere tanto às exportações como ao nível de bem-estar, seriam maiores no caso da integração Sul-Norte em relação à integração Sul-Sul. Embora as exportações brasileiras de produtos primários tenham se destacado no comércio com o bloco norte-americano, também houve um aumento expressivo das exportações de manufaturas para aquele bloco. O aumento das exportações de manufaturados do Brasil para aquele mercado, tanto de baixa como de alta intensidades tecnológicas, foi superior ao observado nas exportações brasileiras para os países da América do Sul no cenário UNASUL.

Portanto, a formação de acordos de livre comércio do tipo Sul-Sul, apesar de gerar benefícios, expressos principalmente na forma de aumento de bem-estar e de exportações de bens de mais alta intensidade tecnológica para os países envolvidos, parece ser limitada pela própria dimensão da estrutura industrial dos parceiros comerciais. Os resultados das simulações sinalizam que a melhor alternativa para o Brasil não seria firmar acordos somente com países de nível de desenvolvimento similar ao seu. Melhor seria a busca de um regionalismo aberto, fazendo parcerias tanto do tipo Sul-Sul como Sul-Norte.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMSDEN, A. The directionality of trade: historical perspective and overview. In: HAVRYLYSHYN, O. (ed.). **How direction affects performance**. Washington D.C.: World Bank, 1987. p. 123-138.

AZEVEDO, A. F. Z. Mercosul: o impacto da liberalização preferencial e as perspectivas para a união aduaneira. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 167-196, 2008.

BUENO, E. U. **A entrada da Venezuela no Mercosul: uma análise de Equilíbrio Geral Computável sobre os impactos setoriais no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, RS, 2013.

CARNEIRO, F. I.; OLIVEIRA, I. T. M. (orgs.). **Os BRICS e seus vizinhos**. Brasília: IPEA, 2014.

CARVALHO, G. C. **A América do Sul em processo de transformação, desenvolvimento, autonomia e integração na UNASUL**. 2013. 194 f Dissertação (Mestrado Economia Política) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2013.

CAVALVANTE, J.; MERCENIER, J. Uma avaliação dos ganhos dinâmicos do MERCOSUL usando equilíbrio geral. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 153-184, 1999.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Un espacio de cooperación e integración para el desarrollo**. Naciones Unidas: Santiago de Chile, 2014.

CHUDNOVSKY, D. South-South trade in capital goods: the experiences of Argentina and Brazil. In: VENTURA-DIAS, V. (ed.). **South-South trade: trends, issues, and obstacles to its growth**. New York: Praeger, 1989. p. 216-248

DAHI, O.; DEMIR, F. South-South trade in manufactures: current performance and obstacles for growth. **Review of Radical Political Economics**, v. 40, n. 3, p. 266-275, 2008.

DIAO, X.; DÍAZ-BONILLA, E.; ROBINSON, S. Scenarios for trade integration in the Americas. **Économie internationale**, v. 94-95, p. 33-52, 2003.

FLORES, R. The gains from Mercosur: a general equilibrium, imperfect competition evaluation. **Journal of Policy Modeling**, v. 19, p. 1-18, 1997.

FRISCHTAK, C.; BELLUZZO L. G. Produção de *commodities* e desenvolvimento econômico: uma introdução. In: BELLUZZO L. G.; FRISCHTAK, C.; LAPLANE, M. (orgs.). Produção de *commodities* e desenvolvimento econômico. Campinas: UNICAMP, 2014. p. 9-20.

GEHLHAR, M. Historical analysis of growth and trade patterns in the Pacific rim: an evaluation of the GTAP framework. In: HERTEL, T. (ed.). **Global trade analysis: modelling and applications**. New York: Cambridge University Press, 1997, p. 349-363.

GREENAWAY, D.; MILNER C. South-South trade: theory, evidence, and policy. **World Bank Research Observer**, v. 5, n. 1, p. 47-68, 1990.

GURGEL, A. C.; BITENCOURT, M. B.; TEIXEIRA, E. C. Impactos dos acordos de liberalização comercial Alca e Mercoeuuro sobre os países membros. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro vol. 56, n.2, 2002.

HARRISON, G. W.; RUTHERFORD, T. F.; TARR, D. G. Quantifying the Uruguay Round. **Economic Journal**, v. 107, p. 1.405-1.430, 1997.

HAVRYLYSHYN, O. The direction of developing country trade: empirical evidence of differences between South-South and South-North trade. **Journal of Development Economics**, v. 19, n. 3, p. 255, 1985.

HERTEL, T.; MARTIN, W. Would developing countries gain from inclusion of manufactures in the WTO negotiations? **GTAP Working Papers**, Paper 7, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **IBGE PAISES**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/paisesat/main\\_frameset.php](http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php)>. Acesso em: ago. 2015.

LAIRD, S. **Mercosur**: objectives and achievements. Geneva: World Trade Organization, 1997. (WTO Staff Working Paper, TPRD-97-002).

LALL, S. India's economic relations with the South. In: HAVRYLYSHYN, O. (ed.). **How direction affects performance**. Washington D.C.: World Bank, 1987. p. 109-120.

LEWIS, W.A. The slowing down of the engine of growth. **American Economic Review**, v. 70, n. 3, p. 555-564, 1980.

LINDER , S. B. **An essay on trade and transformation**. New York: Jon Wiley and Sons, 1961.

MONTE, E. Z.; TEIXEIRA, E. C. Impactos da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), com gradual desgravação tarifária, na economia brasileira. **Nova Economia** (UFMG), v. 17, p. 37-63, 2007.

MYRDAL, G. **An international economy**. London: Routledge and Kegan Paul, 1956. Cap 13.

NAKAHODO, S.; JANK, M. A falácia da doença holandesa. **Documento de Pesquisa** (Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais), São Paulo, 2006.

NEGRI, J. A. **As Empresas Brasileiras e o Comércio Internacional**. IPEA, Brasília, 2012.

OLIVEIRA, A. R., **Regionalismo e Multilateralismo: uma análise empírica da Aliança do Pacífico**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade do Vale dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Economia, São Leopoldo, RS, 2014.

PREBISCH, R. **The economic development of Latin America and its principal problems**. New York: United Nations, 1950.

PREUSSE, H. Mercosur – another failed move towards regional integration? **World Economy**, v. 24, p. 911-931, 2001.

THORSTENSEN, V. FERRAZ, L. O isolamento do Brasil em relação aos acordos e mega-acordos comerciais. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 6-17, jan.-abr. 2014.

UN COMTRADE. United Nations Commodity Trade Statistics Database. **Database**. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/>>. Acesso em: ago. 2015.

UNASUL. União de Nações Sul Americanas. **Quem Somos**. 2015. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/es/quienes-somos>>. Acesso em: out. 2015.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. **Some key issues in South-South trade and economic cooperation**. New York: UN, 2005.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. **South-South Trade Monitor**. New York: UN, 2013. (n. 2).

UNCTAD. **UNCTADstat – Data Center**. Disponível em: <[http://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS\\_ChosenLang=en](http://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_ChosenLang=en)>. Acesso em: ago. 2015.

VENABLES, T. Winners and losers from regional integration agreements. **Economic Journal**, v. 113, n. 490, p. 747-761, 2003.

## ANEXO

Anexo 1 – População, PIB e participação no comércio mundial dos países membros da UNASUL e de países selecionados – 2013

Países	População (habitantes)	População (%)	PIB (US\$ bilhões)	Participação no PIB mundial (%)	Participação no comércio mundial (US\$ bilhões)	Participação no comércio mundial (%)
China	1.354.040.000	18,8	9.469	12,7	4.159	11,59
Índia	1.220.800.359	17,0	1.877	2,5	803	2,24
<b>UNASUL</b>	<b>401.856.780</b>	<b>5,6</b>	<b>4.159</b>	<b>5,6</b>	<b>1.243</b>	<b>3,46</b>
Brasil	203.701.100	2,8	2.246	3,0	482	1,34
Colômbia	45.745.783	0,6	378	0,5	118	0,33
Argentina	42.610.981	0,6	610	0,8	150	0,42
Peru	29.248.943	0,4	202	0,3	85	0,24
Venezuela	27.635.743	0,4	227	0,3	133	0,37
Chile	17.402.630	0,2	277	0,4	156	0,43
Equador	14.354.469	0,2	94	0,1	52	0,14
Bolívia	9.601.257	0,1	31	0,0	22	0,06
Paraguai	6.831.306	0,1	29	0,0	22	0,06
Uruguai	3.477.778	0,0	56	0,1	21	0,06
Guiana	770.794	0,0	3	0,0	3	0,01
Suriname	475.996	0,0	5	0,0	n.d.	n.d.
EUA	316.438.601	4,4	16.768	22,4	3.906	10,88
Indonésia	251.160.124	3,5	870	1,2	369	1,03
Paquistão	179.253.789	2,5	233	0,3	69	0,19
Nigéria	168.835.645	2,3	522	0,7	135	0,38
Bangladesh	154.786.561	2,1	162	0,2	n.d.	n.d.
Rússia	143.666.931	2,0	2.097	2,8	842	2,35
Japão	127.253.075	1,8	4.899	6,6	1.548	4,31
Alemanha	81.147.265	1,1	3.636	4,9	2.653	7,39
França	65.951.611	0,9	2.807	3,8	1.236	3,44
Reino Unido	63.395.574	0,9	2.523	3,4	1.205	3,36
Itália	61.482.297	0,9	2.072	2,8	997	2,78
Canadá	34.568.211	0,5	1.827	2,4	918	2,56

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE (2015) e UN COMTRADE (2015). Nota: n.d. – dados não disponíveis.